



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

2  
242

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº

**ACÓRDÃO**



Vistos, relatados e discutidos estes autos de  
Apelação nº 0155956-93.2006.8.26.0100, da Comarca de  
São Paulo, em que é apelante RICARDO DO ESPIRITO  
SANTO (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado PORTO SEGURO  
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

**ACORDAM**, em 28ª Câmara de Direito Privado do  
Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte  
decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de  
conformidade com o voto do Relator, que integra este  
acórdão.

O julgamento teve a participação dos  
Desembargadores MELLO PINTO (Presidente sem voto),  
JÚLIO VIDAL e CESAR LACERDA.

São Paulo, 07 de junho de 2011.

**CELSO PIMENTEL**  
**RELATOR**

C.A

No sistema do seguro obrigatório por acidente de trânsito, o grau de invalidez parcial e permanente tem relevância, na proporção "até" o limite máximo. Não há direito à indenização total, se a invalidez é parcial.

Autor apela da respeitável sentença acolheu em parte demanda condenatória ao pagamento de indenização de seguro obrigatório. Insiste no direito ao equivalente a quarenta salários mínimos, sustentando a irrelevância do grau da invalidez.


Dispensava-se preparo e veio resposta.

É o relatório.

No sistema do seguro obrigatório, o grau de invalidez parcial tem relevância, sim, e está evidenciado na preposição "até", constante do texto legal, o art. 3º, "b", da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, a refletir proporcionalidade.

Como o autor não questiona o grau, mas sustenta direito, que não tem, à indenização integral, impunha-se mesmo o decreto de procedência parcial da demanda, ora mantido.

Pelas razões expostas, nega-se provimento ao recurso.

  
Celso Pimentel  
relator